



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DECISÃO SUFER Nº 42, DE 06 DE MAIO DE 2026

O Superintendente de Transporte Ferroviário Interino da Agência Nacional de Transportes Terrestres, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, XVIII, do Anexo à Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e alterações, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo SEI nº 50505.034595/2026-31, decide:

Art. 1º Declarar, nos termos do art. 3º da Resolução nº 5.819, de 10 de maio de 2018, o aceite do anteprojeto de engenharia, para fins de Declaração de Utilidade Pública, referente ao projeto de investimento obrigatório para a duplicação parcial do pátio de cruzamento ferroviário, entre os quilômetros ferroviários 192+060m e 196+152,549m do Trecho entre Rio Preto Paulista (ZRU) e Engenheiro Schmitt (ZEH), na malha concedida à Rumo Malha Paulista S.A. (RMP), no município de São José do Rio Preto/SP, por meio do [2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Paulista S.A.](#), Anexo 1 - Caderno de Obrigações, Apêndice A - Plano de Investimentos, Capítulo I - Investimentos com Prazo Determinado, item 4.1.1., XXVIII, o qual teve proposta de alteração de escopo formalizada com o Plano de Cura do Ano 1.

Art. 2º Declarar de utilidade pública, para efeito de desapropriação e afetação para fins ferroviários, em favor da União, os bens imóveis alcançados pelas coordenadas planas descritas no Anexo (SEI Nº 42876983) a esta Decisão, as quais definem as poligonais de utilidade pública referentes ao projeto de investimento obrigatório para a duplicação parcial do pátio de cruzamento ferroviário, entre os quilômetros ferroviários 192+060m e 196+152,549m do Trecho entre Rio Preto Paulista (ZRU) e Engenheiro Schmitt (ZEH), na malha concedida à Rumo Malha Paulista S.A. (RMP), no município de São José do Rio Preto/SP.

Art. 3º Fica a Rumo Malha Paulista S.A. (RMP) autorizada a promover as desapropriações necessárias para a implantação da obra referenciada no art. 1º, na forma da legislação e regulamentos vigentes.

Parágrafo único. A Rumo Malha Paulista S.A. (RMP) fica autorizada a invocar o caráter de urgência no processo de desapropriação de que trata o *caput*, para fins de imissão na posse, nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º A Declaração de Utilidade Pública não exige a Concessionária da obtenção dos licenciamentos e do cumprimento das obrigações junto às entidades ambientais e demais órgãos da administração pública, necessários à efetivação das obras.

Art. 5º De forma complementar, comunica-se que as poligonais, as coordenadas e os azimutes encontram-se no link <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ferrovias/dup/concessionarias-1/rumo-malha-paulista-s-a>

Art. 6º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO BARBELLÍ FEITOSA
Superintendente de Transporte Ferroviário - Interino



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO BARBELLi FEITOSA, Superintendente Substituto(a)**, em 11/06/2026, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **42434550** e o código CRC **0EEDDE51**.